



O 46º Congresso Brasileiro de Previdência Privada, realizado de 22 a 24 de outubro pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), reuniu cerca de 5.000 participantes e promoveu 196 palestras com 253 especialistas. O espaço “Boas Práticas” apresentou 119 cases de mais de 30 fundos de pensão em interações simultâneas, consolidando o evento como referência em debates e networking no setor. O volume de conteúdo proporcionou uma experiência imersiva única aos participantes.

A previdência complementar fechada passa por transformações, como evidenciado nas discussões do congresso. O desafio é ampliar a cobertura, diversificar produtos e investir em inovação, sem perder a solidez e o foco na poupança de longo prazo. O envelhecimento acelerado da população brasileira, com pessoas de 60 anos ou mais concentrando quase 25% da renda nacional, aumenta a pressão sobre os sistemas previdenciários. Apesar desse impacto, a maioria dos brasileiros não possui reserva financeira para a aposentadoria, especialmente entre os mais vulneráveis.

A cobertura da previdência complementar fechada permanece restrita: menos de 3% da população economicamente ativa está incluída. O evento destacou que seis em cada dez brasileiros não têm reserva para aposentadoria, número que chega a 78% entre os mais pobres. Segundo o Ministério da Previdência, o setor representa cerca de 12% do PIB brasileiro (25% se considerarmos a Previdência Fechada e a Aberta), enquanto países como Holanda (150%), Dinamarca (204%), Austrália (135,1%), Canadá (157,6%) e Estados Unidos (146,9%) apresentam percentuais muito superiores.

Esse cenário exige a expansão do acesso para trabalhadores formais sem previdência complementar, profissionais autônomos, usuários de aplicativos e familiares dos participantes atuais. Essa ampliação deve coordenar esforços governamentais e empresariais. Os planos família e instituídos, por exemplo, que já somam mais de 133 mil participantes e R\$ 2,5 bilhões em ativos, são alternativas para ampliar o alcance social e garantir equilíbrio de longo prazo.

A Resolução CNPC nº 60/2024, que institui a adesão automática, e a Lei nº 14.803/2024, que permite a opção de tributação na aposentadoria, tornam os planos de previdência complementar mais atrativos e demonstram que é possível inovar sem renunciar à governança paritária entre participantes e patrocinadores. Esses avanços regulatórios são resultado da mobilização de entidades como a ABRAPP e a ANAPAR (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão), entre outras.

O desenvolvimento de soluções digitais, aliado a campanhas educativas, pode impulsionar a economia da longevidade. O uso de tecnologia como inteligência artificial e plataformas digitais é uma tendência crescente no setor. Educação financeira e comunicação autêntica são essenciais para engajar novas gerações e combater estigmas.

O contexto econômico traz desafios como juros elevados, inflação e volatilidade, que impactam os fundos de pensão, mas também abrem oportunidades para novos investimentos e estratégias de gestão de riscos.

A previdência complementar fechada está diante de um divisor de águas: inovar é necessário, respeitando a trajetória construída até aqui. Ampliar a cobertura, diversificar produtos, investir em educação e tecnologia, fortalecer a governança e adaptar-se às novas realidades do trabalho e da longevidade são ações fundamentais.

O setor tem a oportunidade de liderar uma transformação social, econômica e cultural, tornando o envelhecimento um projeto de vida e de desenvolvimento nacional inovando com responsabilidade e ampliando as raízes que garantem segurança para milhões de brasileiros.

*Rafael Matos é Gerente Executivo na Previ

[Artigo publicado originalmente no LinkedIn](#)

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 07.11.2025.